



POESIA COMO RECURSO DIDÁTICO PARA O ENSINO DE HISTÓRIA DA DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR BRASILEIRA

Moniquele Silva de Araújo¹

O presente artigo objetiva demonstrar as potencialidades da utilização de poemas como recurso didático para a construção do saber histórico escolar acerca da ditadura empresarial-militar² brasileira em turmas da terceira etapa da educação básica, o ensino médio. Busca atribuir sentido ao estudo do tema numa aproximação dos estudantes às sensibilidades e experiências vividas no período.

Mais especificamente, o artigo enfoca os poemas publicados pelo Jornal do Brasil no “Jornal da Poesia”, em 1973. A publicação organizada pelo professor Affonso Romano de Sant’Anna trata-se de uma amostra do que estava sendo produzido acerca da poesia na época. Professores podem acessar o material através do portal Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional,³ onde está disponibilizado o acervo com os quatro volumes do “Jornal da Poesia”, datados de 01 de setembro, 29 de setembro, 27 de setembro e 24 de novembro de 1973.

Com base nos currículos escolares em voga, o ensino aliando poesia à história é pouco estimulado, limitado à Literatura e Língua Portuguesa e representa também a crise no gênero textual poético⁴ na qual estamos inseridos, quando as novas tecnologias como

¹ Formanda do curso de especialização em Ensino de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e doutoranda em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), bolsista CAPES. E-mail: moniquelearaujo@yahoo.com.br.

² Existe uma discussão acerca da utilização do termo “civil-militar” ou apenas “militar” entre os historiadores. O termo escolhido para desenvolver o trabalho foi o do historiador Demian Melo, para quem a não definição dos “civis” pode compartilhar da ideologia dos próprios militares, como uma reprodução da visão corporativa. E mais: distancia-se de um estudo da dinâmica de luta de classes na história do Brasil. A crítica dele é a de que a “nova história política” de Aarão Reis desloca a compreensão do processo político brasileiro da sua relação com o capitalismo. Cf. MELO, Demian. Ditadura “civil-militar”?: Controvérsias historiográficas no pós-1964 e os desafios do tempo presente. *Espaço Plural*. Ano XIII, Nº 27, 2º Semestre 2012, p. 39-53.

³ Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/> > Acesso em: 15 jun. de 2024.

⁴ FRANCO, Isaquia dos Santos Barros; TESTA, Eliane Cristina. Escolarização da poesia no ensino médio. *Revista Estação Literária*. Volume 20 p. 204-215, mar. 2018.

as redes sociais, filmes e jogos ganham destaque em aula. No entanto, se no senso comum quando pensamos em currículo, imaginamos uma grade curricular com as disciplinas, as atividades e a carga horária, tudo pronto e fixo, vale lembrar que o currículo é uma seleção e organização do que merece ser ensinado, que possui, portanto, caráter histórico e deve ser questionado.

Ademais, é preciso reconhecer que os professores não são transmissores de conteúdos científicos e acadêmicos prontos, mas desenvolvemos e mobilizamos diferentes tipos de conhecimento ao ensinar. No conhecimento pedagógico reside o desenvolvimento da didatização construída por nós, com mobilização dos saberes através das narrativas e outros recursos didáticos como poemas.

A utilização de poemas em sala de aula possibilita o conhecimento das sensibilidades e subjetividades históricas. A partir deles, podem ser observados sentimentos de dor ou de esperança - ou falta - presentes nas subjetividades da época. Trata-se de um estímulo ao pensamento crítico e humanístico, e à leitura ampla e crítica dos valores sociais. A literatura facilita a construção de sentidos pelos estudantes, na medida em que desenvolve e estimula a imaginação sobre as experiências passadas e ativa o lúdico de uma educação mais aberta e menos uniformizadora.

Partindo de sensibilidades, podem ser trabalhados os conteúdos acerca do golpe de 1964, da Doutrina de Segurança Nacional, dos Atos Institucionais, dos movimentos culturais de 1968, do “milagre econômico”, da “modernização conservadora” e, até mesmo, da tortura. O uso do “Jornal da Poesia” em sala de aula articula literatura e história numa abertura interdisciplinar para o ensino da ditadura.

O ensino de história através da poesia incorpora diversos sujeitos históricos, temas e abordagens e conscientiza os estudantes das inúmeras vozes sociais que devem ser ouvidas. Para além disso, estimula e incentiva o desenvolvimento do que poderíamos chamar de uma “pedagogia das sensibilidades”, que possibilita o acesso às experiências, subjetividades e emoções passadas, temas e sentimentos difíceis de serem trabalhados em aula sem o auxílio de figuras de linguagem.

Os poemas podem ser fonte para o trabalho do historiador e para a construção do saber escolar porque as imagens em figuras de linguagem presentes neles possibilitam o acesso a uma dimensão da experiência histórica da ditadura pelo professor e estudante. O espaço em que a poesia se constitui é histórico, portanto há uma dimensão histórica na poesia, a qual interessa às pesquisas historiográficas e ao ensino de história.

A relação entre texto e contexto implica pensar que o social não está simplesmente fora do poema, o social é interno a ele. Através da mediação da linguagem, o poema combina autonomia e historicidade. Justamente essa historicidade é o que importa para o ensino de história. Ainda que seja conotativa e polissêmica - trazendo diversas imagens numa só metáfora ou verso -, a poesia possibilita diálogos com a história.

Ditadura como “passado sensível”

A ditadura empresarial-militar é um dos temas sensíveis da história do Brasil. Os chamados temas sensíveis estão ligados aos eventos traumáticos ou catastróficos da nossa história. Entre eles estão o holocausto - seus estudos muito têm contribuído para as reflexões acerca das experiências traumáticas -, o apartheid, a escravidão dos povos africanos e o genocídio dos povos originários da América.

Temas sensíveis estão na história do tempo presente ou mesmo de um passado distante mas que não passa, que encontram no presente um intenso debate e controvérsias e que, por isso, também são chamados de “passados vivos”. São compreendidos dessa forma porque exigem pensar a história e a temporalidade do passado no presente. É um passado que não passa, que produz efeito no presente na forma de questões abertas e sensíveis.⁵

Recentemente, os intensos debates públicos acerca da ditadura e a propagação de vieses conservadores, revisionistas e negacionistas têm reverberado nas aulas de história. O professor vê-se na responsabilidade de um trabalho ético que possa gerar nos estudantes empatia pelos atingidos por distintas violências.

⁵ QUADRAT, Samantha. É possível uma história pública dos temas sensíveis no Brasil? In: Ana Maria Mauad; Ricardo Santhiago; Viviane Trindade Borges. (Org.). *Que história pública queremos?* 1ed. São Paulo: Letra & Voz, 2018.

Uma aula de história acerca da ditadura deve organizar os temas e fontes com o objetivo de desindividualizar o passado e produzir sentido ao que está ainda em estado de um trauma social. O ensino da história, através dos poemas, facilita a produção dos sentidos necessários para o saber histórico, já que busca evidenciar as subjetividades do período, as quais, em geral, são subjetividade feridas, marcadas por uma atmosfera cultural sufocante.

Os poemas escolhidos

Revelando uma subjetividade sofrida, contida, sem muitas opções, o “Poema de múltipla escolha” se completa com a imagem dos parênteses em interação com o leitor e estudante. Lara de Lemos (1923- 2010), a primeira poetisa que aparece no “Jornal da Poesia”, trazia uma questão importante para a aula de história:

POEMA DE MÚLTIPLA ESCOLHA
EM QUE TEMPO VIVO EM QUE HORA?
de aço ()
de água ()
de mágoa ()
de arma ()
EM QUE TEMPO VIVO EM QUE HORA?
de faca ()
de ferro ()
de fúria ()
de fuga ()
EM QUE TEMPO VIVO EM QUE HORA?
de canto ()
castigo ()
cegueira ()
cadeia ()
EM QUE TEMPO VIVO EM QUE HORA?
de teia ()
de muro ()
de usura ()

de guerra ()⁶

O poema, publicado originalmente no livro *Aura Amara* (1969), segue a ideia de um tempo apequenado, de um clima pesado e de uma ansiedade por falta de saída, com um prognóstico pessimista da falta de escolha. O eu-lírico confere suas possibilidades naquele tempo e conclui que entre elas está a militarização da vida com a arma, a cadeia e a guerra. A usura da ditadura mantém relação com o período de “milagre econômico” e a mercantilização da vida, o crescimento da indústria cultural e do consumismo. A cadeia citada no poema pode ser utilizada para pensar sobre os presos políticos que foram submetidos à prisão pela Lei de Segurança Nacional disponibilizada a favor da violência de Estado. A opção pela mágoa ou ressentimento possibilita acessar um sentimento típico da época, de uma dificuldade de elaboração do acontecimento. A opção pela fuga possibilita trazer a questão do exílio comum ao período, quando muitos cidadãos foram obrigados a viverem em outros países, submetendo as suas identidades e seus afetos à própria segurança. Assim como o tempo de fuga também pode ser utilizado para pensar o exílio inicialmente para o Uruguai e Chile e, posteriormente, devido a Operação Condor⁷ e aos golpes que foram acontecendo no Cone Sul, para os países europeus. A partir disso, é possível trazer em aula a Lei de Anistia de 28 de agosto de 1979, que concedia anistia aos que teriam cometido crimes políticos ou aos que tiveram seus direitos políticos suspensos, então os exilados puderam retornar ao país. Vale abrir a aula para o questionamento atual sobre a Lei de Anistia, por ela ter significado também a impunidade para os agentes da ditadura que cometeram torturas e assassinatos. Sendo assim, cabe ao professor levar a compreensão do que foi a Comissão Nacional da Verdade, que funcionou entre 2012 e 2014, no governo da presidente Dilma Rousseff, do Partido dos

⁶ LEMOS, Lara de. “Poema de múltipla escolha”, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 5B, “Jornal da Poesia”, 29 de set. de 1973.

⁷ Operação Condor foi a aliança entre as ditaduras do Cone Sul - Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai – que teve como objetivo a informação e repressão, organizada para formalizar colaborações repressivas entre os países. Suas operações significaram sequestros, torturas e desaparecimento, demonstrando que o terrorismo de Estado foi praticado para além das fronteiras. (C.f. MARIANO, Nilson. *As garras do condor: como as ditaduras militares da Argentina, do Chile, do Uruguai, do Brasil, da Bolívia e do Paraguai se associaram para eliminar adversários políticos*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003).

Trabalhadores, a qual apresentou 377 nomes de violadores dos direitos humanos durante a ditadura e que recomendou a responsabilização de alguns desses nomes e a revisão da Lei de Anistia. Sobre o tempo de guerra, é possível chamar atenção dos estudantes de que entre 1970 e 1973, perdurou o que os militares chamavam de “guerra suja” contra o inimigo principal que era o comunismo.

Quanto ao poema de Jayro José Xavier (1936), professor e poeta carioca, “Segunda Epístola”, é outro poema possível para o aprofundamento do tema da ditadura, o qual revela um tempo “sem salgueiro nem líras” e pode ser aproveitado para o debate em sala de aula:

Fábio, Fábio, este tempo
sem salgueiros nem líras
é uma estação de ódio
ou só de ódio? Devoram-se,
sem memória daquela
primordial justiça,
uns aos outros os deuses
(grandes pequenos deuses)
com seus dentes e raios
e mísseis - extensões
do homem! [...]

Este é um tempo de tigres,
suas jaulas sem sol
Este é um tempo sem trigo e sem sol
Este é um tempo
A cal que cai do céu
devora as criaturas
O céu envelheceu
(o pó que nos sufoca)
Este é um tempo sem mitos
onde Orfeu sufoca
Inútil pretender
a primavera, o brando [...].⁸

⁸ XAVIER, Jayro José. “Segunda Epístola”, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 5B, “Jornal da Poesia”, 29 de set. de 1973.

O poema remete à política violenta do Estado a partir da Doutrina de Segurança Nacional na imagem do ódio e dos mísseis como extensões humanas devido à militarização.

O tempo sem trigo pode facilitar a imaginação dos estudantes por remeter à dificuldade do trabalhador sobreviver no período do “milagre econômico” seguido do arrocho salarial. Assim como o tempo sem mito deriva da educação tecnicista e da vida mecanizada do projeto de modelo econômico em atuação. O poema demonstra novamente um pessimismo em relação ao que virá, o que o poeta Torquato Neto chamou em poema publicado na época como “Tropical Melancolia”.⁹

O modo de ser na cidade no período também foi tema de muitos poemas da época. Leonardo Fróes (1941), tradutor e poeta nascido no Rio de Janeiro, foi autor de um deles, representando a “nova poesia” do jornal:

vejo agora a cidade
ora vejam que ninguém nunca viu
exposta em postas tristes como as paredes
paradas de um edifício sem cor.¹⁰

A partir desse poema, vale trazer novamente o que o projeto de “modernização conservadora” representou, com as grandes construções do período, de um projeto que almejava uma “cópia” do “progresso” europeu acima da vida dos trabalhadores (muitos trabalhadores morreram, como na construção da Ponte Rio-Niterói e na Rodovia Transamazônica).

Outro poema interessante do “Jornal da Poesia” é o “Código Nacional de Trânsito” do poeta mineiro Affonso Ávila (1928-2012) o qual apresentava uma subjetividade advertida, com regras a serem seguidas como as regras de trânsito, usando um tempo

⁹ NETO, Torquato. “Marginália II”. In *Torquatália*. Do lado de dentro. Organização Paulo Roberto Pires. Rio de Janeiro: Rocco, 2004a.

¹⁰ FRÓES, Leonardo. “Poema”, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 5B, “Jornal da Poesia”, 29 de set. de 1973.

verbal imperativo, de teor autoritário para demonstrar a “farsa contínua” de um Estado ditatorial legitimado por Atos Institucionais:

[...]
não ultrapasse
quando a faixa for contínua
não ultraje a pátria
quando a farsa for contínua
não vire a página
quando a farsa for contínua
não pule a pauta
quando a farsa for contínua
não mude a prática
quando a farsa for contínua
[...].¹¹

A partir do poema, o professor pode explorar o tema do nacionalismo ufanista propagado pelos militares, o autoritarismo do projeto em voga e os Atos Institucionais, principalmente o de nº 5.¹² É importante salientar que houve sempre o uso de instrumentos jurídicos, como as leis censórias para legitimar a ditadura, que foi se constituindo de maneira legal.

A partir do poema podem ser discutidas as formas de censura impostas no período, como a Lei de Segurança Nacional (LSN) de 1969, a qual determinava que seria punido qualquer jornalista que noticiasse contra o governo. Os militares instrumentalizaram a imprensa, a partir de centenas de proibições e ameaças como apreensões, retirada do ar ou estabelecimento de militares nas redações, o que se tornou regular entre os anos de 1969 e 1978. Alguns dos temas proibidos eram os relacionados aos próprios militares (no caso de redigir sobre a censura, por exemplo), à Igreja, aos estudantes (os movimentos estudantis não poderiam ser matérias do jornal pela estreita relação dos estudantes com a

¹¹ ÁVILA, Affonso. “Código Nacional de Trânsito”, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 4B, “Jornal da Poesia”, 1 de set. de 1973.

¹² A partir do qual o Congresso Nacional foi fechado, estudantes foram perseguidos, sindicatos foram reprimidos, o habeas corpus foi suspenso e foram mobilizadas também as ações de censura.

luta armada naquele momento), aos governos de esquerda etc. Tudo que se colocasse contra os princípios da DSN e “ameaçasse” a “segurança” no país.

O poeta criou uma espécie de paródia ao Código Nacional de Trânsito instituído em 1966, para sinalizar ao brasileiro os modos de como poderia transitar, como poderia sobreviver ao Brasil sob regime militar. Através das regras reais do comportamento no trânsito, metaforizou o trânsito da vida submetida ao estado autoritário.

O poeta Pedro Garcia, em “Atestado de Óbito” construiu uma sátira investigativa sobre a morte do poeta:

foi o ferro
certamente a lança
a lança em sua ponta ferro
enterrada logo abaixo coração

ou terá sido o conhaque
a cana o álcool
a soda cáustica

ou a literatura
Sade Lawrence Rimbaud
ou simples *féerie*:
um copo de *pernod* [...]

o morto expectante espera o laudo
sem o qual não pode considerar-se
nem alar-se a outras paragens
nem fazer visagens tão do seu agrado

: «edema pulmonar» --
e o poeta sai do seu cadáver pasmo
de tamanha vulgaridade.¹³

¹³ GARCIA, Pedro. “Atestado de óbito”, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 4B, “Jornal da Poesia”, 29 de set. de 1973.

A temática da morte também estava muito presente nos poemas da época e pode contribuir para o debate sobre as tantas mortes significativas no período. O texto possibilita tratar da morte de Pablo Neruda ou de Salvador Allende e trazer à aula as outras ditaduras militares do Cone Sul. Também pode ser destacado em aula os numerosos militantes políticos que eram assassinados nos “porões da ditadura”, como se dizia, e cujos atestados de óbito eram fraudados, como foi o caso de Vladimir Herzog, Alexandre Vannuchi, Epaminondas Gomes de Oliveira e de tantos outros casos identificados através do trabalho do “Brasil Nunca Mais” e da “Comissão da Verdade”.¹⁴ Com o título “Atestado de óbito” sugerindo o motivo de uma especulação do eu-lírico, o poema traz diversas possibilidades para a morte na cidade, entre elas o ferro, a lança, o álcool ou mesmo a literatura. Mas o poeta que esperava o laudo, o morto, recebeu simplesmente a notícia de um “edema pulmonar” o que, de acordo com o eu-lírico, o deixou impressionado diante de tantas possibilidades de mortes.

O poema-práxis de Mário Chamie (1933-2011) intitulado “Pedro Venâncio” trazia imagens de medo, paralisação e silenciamentos:

sobre a parede
nenhuma sede

sob essa ponte
nenhuma fonte
sob o disfarce
nenhum enlace

- NESTE ESTADO DE SÍTIO
EIS TEU MEDO PARALÍTICO
[...].¹⁵

¹⁴ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO - **Brasil: Nunca Mais**. Petrópolis, Vozes, 1985; BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade*. Mortos e desaparecidos políticos / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014.

¹⁵ CHAMIE, Mário. “Pedro Venâncio”, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 4B, “Jornal da Poesia”, 29 de set. de 1973.

O poema possui um eu-lírico preocupado com o personagem Pedro Venâncio, que possui uma identidade muito uniformizada, característico do cidadão da ditadura, assim como o medo, uma liberdade circunscrita e uma subjetividade dominada. Interessante para demonstrar que durante a ditadura, os militares procuraram definir uma identidade unificando-a com base no anticomunismo e na negação da cultura produzida antes do golpe de 1964, desconsiderando os diversos grupos sociais e suas identidades, perseguindo, censurando e torturando os responsáveis por identidades contrárias à imposta, conseqüentemente formando cidadãos uniformizados como é o caso de Pedro Venâncio.

Portanto, o ensino de história da ditadura pode incluir poemas como recurso didático para a construção de uma possível “pedagogia das sensibilidades”. Afinal, o ensino de história deve servir à conscientização das novas gerações e ser gerador de forças necessárias às transformações sociais. Nesse momento, vale o combate aos negacionismos históricos.

Referências

- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. Petrópolis, Vozes, 1985.
- BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade*. Mortos e desaparecidos políticos/ Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014.
- COSTA, Marisa. “Currículo e política cultural”. In (org.) *O currículo nos limiares do contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- FRANCO, Isaquia e col. *Escolarização da poesia no ensino médio*. Estação Literária. Londrina, 2007.
- GABRIEL, Carmen Teresa; MONTEIRO, Ana Maria. Currículo de História e Narrativa: Desafios Epistemológicos e Apostas Políticas. In: MONTEIRO, Ana Maria; GABRIEL, Carmen Teresa; ARAÚJO, Cinthia Monteiro de; COSTA, Warley da (Org.). *Pesquisa em Ensino de História: Entre desafios epistemológicos e apostas políticas*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2014, p. 23 -40.

MARIANO, Nilson. *As garras do condor: como as ditaduras militares da Argentina, do Chile, do Uruguai, do Brasil, da Bolívia e do Paraguai se associaram para eliminar adversários políticos*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

MELO, Demian. Ditadura "civil-militar"? Controvérsias historiográficas no pós-1964 e os desafios do tempo presente. *Espaço Plural*. Ano XIII, Nº 27, 2º Semestre 2012, p. 39-53.

MIRANDA, Sonia R. Reflexões sobre a compreensão (e incompreensão) do tempo na escola. In: DE ROSSI, Vera L.; ZAMBONI, Ernesta (orgs.). *Quanto tempo o tempo tem!* Campinas: Alínea, 2003, p. 173-204.

MONTEIRO, Ana Maria. Os Saberes que ensinam: O saber escolar. In: *Professores de História: entre saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2002. p. 81-111.

NETO, Torquato. "Marginália II". In: *Torquatália*. Do lado de dentro. Organização Paulo Roberto Pires. Rio de Janeiro: Rocco, 2004.

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. Ensino de História: Passados vivos e educação em questões sensíveis. *Revista História Hoje*, vol. 7, nº 13, 2018, p. 14 -33.

QUADRAT, Samantha. É possível uma história pública dos temas sensíveis no Brasil?. In: Ana Maria Mauad; Ricardo Santhiago; Viviane Trindade Borges.. (Org.). *Que história pública queremos?* 1ed.São Paulo: Letra & Voz, 2018.

SOUZA, M. A. de. (2011). Do(e) fato à poesia: uma utilização dos versos poéticos por uma outra percepção da(e) História. *Revista Urutágua*, (25), 80-89.

Poemas:

ÁVILA, Affonso. "Código Nacional de Trânsito", *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 4B, "Jornal da Poesia", 1 de set. de 1973.

CHAMIE, Mário. "Pedro Venâncio", *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 4B, "Jornal da Poesia", 29 de set. de 1973.

FRÓES, Leonardo. "Poema", *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 5B, "Jornal da Poesia", 29 de set. de 1973.

GARCIA, Pedro. "Atestado de óbito", *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 4B, "Jornal da Poesia", 29 de set. de 1973.

LEMOS, Lara de. "Poema de múltipla escolha", *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 5B, "Jornal da Poesia", 29 de set. de 1973.



XAVIER, Jayro José. “Segunda Epístola”, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 5B, “Jornal da Poesia”, 29 de set. de 1973.